

O plano de trabalho a ser executado na parte mineira da bacia dos rios Piracicaba e Jaguari localizados na divisa de Minas com São Paulo foi detalhado no contrato de gestão assinado esta semana entre o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) e o Consórcio Intermunicipal de Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ). O consórcio executará as ações, projetos e obras com a aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, para a melhoria das condições quantitativas e qualitativas dos recursos hídricos locais.

O documento assinado na abertura do XI Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (Encob) contém as metas que devem ser cumpridas, incluindo elaboração de estudos técnicos, emissão de pareceres e desenvolvimento de mecanismos de articulação com a bacia", explica a diretora-geral do Igam Cleide Izabel Pedrosa.

As bacias PCJ abrangem um total de 64 municípios, sendo quatro deles mineiros e o restante a bacia. "Já existe cobrança nos quatro municípios de Minas localizados na calha principal dos rios de domínio da União e a cobrança que será implementada a partir de dezembro incidirá sobre o restante da bacia", explica Cleide Pedrosa. "Não haverá dupla cobrança", completa.

O pagamento pelo uso da água é devido por atividades que fazem captações em cursos de água ou subterrâneas que superem 86.400 litros por dia. Também são cobrados o aproveitamento de potenciais hidrelétricos e o lançamento de esgotos e efluentes em corpos d'água. "Os usos de recursos hídricos destinados ao consumo, as captações e os lançamentos considerados insignificantes estão isentos da cobrança", informa a diretora de Gestão de Recursos Hídricos do Igam, Luiza de Marillac Moreira Camargos.

A decisão de implantar a Cobrança é do comitê de cada bacia hidrográfica. "Para efetivar a Cobrança, o comitê deverá, ainda, apre-

Igam assina contrato para cobrança pelo uso da água

Qui, 12 de Novembro de 2009 13:29
